

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.222 - PR (2019/0268897-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADA** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
**ADVOGADOS** : MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA - PR027109  
ARIADNE PIOVESAN DALLA PALMA - PR074576  
WARLYANE GOMES SOUZA - PR093014  
**AGRAVADO** : ANDRE VINICIUS PONCE PALMA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO RUMIATO - PR035261  
JACKSON AURÉLIO BROJATO MARTINS - PR077906

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial, interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, inconformado com a decisão que inadmitiu o recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e assim ementado:

*"EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DESCONSTITUÍDA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. A EFETIVAÇÃO DA CONSTRIÇÃO EM IMÓVEL CUJA MATRÍCULA CONTINHA PRENOTAÇÃO, EM DATA MUITO ANTERIOR AO PRÓPRIO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO, DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA AO TERCEIRO ESTRANHO À EXECUÇÃO, REVELA A RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE PELOS ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA, POR HAVER DADO CAUSA À OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA."*

Nas razões do recurso especial, o agravante aponta ofensa ao art. 85 do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial, sustentando ser incabível a condenação do recorrente ao pagamento de honorários advocatícios, *"já que o Recorrido deixou de realizar a transferência do imóvel para sua propriedade"* (e-STJ, fl. 170).

É o relatório. Decido.

Extrai-se dos autos que ANDRE VINICIUS PONCE PALMA ajuizou embargos de terceiro em desfavor do BANCO DO BRASIL S/A, sob a alegação de que o imóvel de matrícula n. 15.913-3, adquirido de boa-fé, teria sido objeto de constrição em ação de execução.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Magistrado de primeiro grau julgou-os procedentes para afastar o bem embargado da constrição e determinar o cancelamento da averbação premonitória, condenando o Banco ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da causa.

No julgamento proferido em sede de apelação, a condenação foi confirmada, porém com abordagem diversa. Eis os fundamentos do julgado:

*"Ocorre que, a despeito de a questão haver sido tratada, no recurso, pela ótica da súmula 303, do STJ., em que se dá ênfase à causalidade da instauração da demanda pelo viés de que a penhora teria ocorrido pela falta de registro da escritura pública de aquisição do imóvel ao embargante, a solução da demanda exige abordagem diversa.*

*Isso porque, a penhora ocorreu por absoluta displicência do banco apelante que, fiando-se nas informações obtidas no Infojud – declaração de bens do executado -, pediu a penhora do imóvel objeto da constrição, conforme se confere na petição do mov. 101.3 dos autos de execução, sem tomar o cuidado e a cautela de investigar a matrícula do referido bem. Se tivesse tomado essa simples providência teria constatado que havia uma prenotação, efetivada em 18/fev/2105, sob o nº R-8 da escritura de compra e venda e, sabedor disso, teria evitado os embargos de terceiro, pois a ação monitória só foi ajuizada em 18/junho/2016.*

***Ademais, nem se deu o trabalho de consultar a matrícula, depois do aviamento dos embargos de terceiro, tanto que continuou insistindo na continuidade da constrição, como se vê na contestação aos embargos no mov. 19.1.***

*Nesse contexto, impõe-se reconhecer que foi o próprio banco que deu causa à oposição dos embargos de terceiro e deve responder pelos encargos da sucumbência, ratificando-se o veredito do douto Magistrado de 1º grau." (e-STJ, fl. 156/157, grifou-se)*

Quanto à sucumbência, observa-se que o v. acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Conforme tese firmada sob a sistemática dos recursos repetitivos: *"Nos Embargos de Terceiro cujo pedido foi acolhido para desconstituir a constrição judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade, responsabilizando-se o atual proprietário (embargante), se este não atualizou os dados cadastrais. Os encargos de sucumbência serão suportados pela parte embargada,*

*porém, na hipótese em que esta, depois de tomar ciência da transmissão do bem, apresentar ou insistir na impugnação ou recurso para manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido para terceiro"* (TEMA 872 - REsp 1452840/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 05/10/2016).

No caso em tela, se trata da segunda hipótese, pois o Banco embargado, ora recorrente, mesmo tomando ciência da transmissão do bem, continuou insistindo na continuidade da constrição, como se vê na contestação aos embargos no mov. 19.1., de modo que lhe é imputável o ônus da sucumbência.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. AUSÊNCIA DE REGISTRO. TERCEIRA DE BOA-FÉ. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ART. 535 DO CPC/73. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA 83/STJ. RECURSO IMPROVIDO.*

*(...)*

*2. Reconhecida pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente da aquisição do bem pela embargante, bem como a posse plena do imóvel e sua condição de terceira de boa-fé, a modificação das conclusões contidas no julgado demanda o revolvimento de matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 3. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 'Para a hipótese da compra e venda de imóvel não estar registrada no ato da concretização da penhora, a jurisprudência desta Corte efetivamente afasta a condenação do exequente ao pagamento dos honorários advocatícios em sede de embargos de terceiro desde que não tenha ocorrido resistência aos fundamentos do embargante. (...) Vencido na ação, de rigor a sua condenação ao pagamento dos honorários advocatícios à parte vencedora' (AgRg nos EDcl no Ag 535.662/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ de 3/5/2004). Incidência da Súmula 83/STJ.*

*4. Agravo interno improvido."*

*(AgInt no AREsp 782.290/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 13/09/2017)*

*"PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL – EMBARGOS*

**DE TERCEIRO – PENHORA CONSIDERADA INDEVIDA – VERBA HONORÁRIA – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.**

*1. Embora o compromisso particular de compra e venda do imóvel não tenha sido registrado perante o cartório competente, o exeqüente, sabedor da situação do bem, requereu a manutenção da penhora.*

*2. Prevaleceria o princípio da causalidade se a autarquia federal, diante da propositura dos embargos de terceiro, não tivesse contestado o feito, quando seria, então, sustentável a tese da condenação dos embargantes na verba honorária.*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 827.791/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ de 17/8/2007)*

**"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. FRAUDE À EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIROS. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

*1. Em nome do princípio da causalidade, cabe ao exeqüente que indevidamente promove a penhora de bem de terceiro a responsabilidade pelo pagamento dos ônus sucumbenciais resultantes do julgamento dos embargos de terceiro.*

*2. Mostra-se viável a fixação da verba honorária quando configurada pretensão resistida em sede de embargos de terceiro, ou seja, quando a ação for contestada pelo credor embargado.*

*3. Recurso especial não-provido."*

**(REsp 441.790/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJ de 1º/8/2006)**

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator